

A língua portuguesa na diáspora¹

por

MARIA AUGUSTA CAVACO MIGUEL

Nunca cumprimentei o Professor Martins Garcia com um beijo no rosto. Tenho pena. Tive o privilégio de ter tido a sua atenção e a sua amizade, apesar de terem sido poucas as ocasiões em que nos cruzámos nos corredores das nossas quotidianas vidas académicas, nos vários anos em que trabalhámos na Universidade dos Açores. Guardo com carinho alguns livros seus que me ofereceu em mão, com uma impecável e formalíssima dedicatória, onde se pode ler *Com muita consideração e amizade*. Devo-lhe ainda a generosidade de ter lido o capítulo mais extenso da minha tese de doutoramento, o dedicado à metafonía, assim como os comentários mais do que oportunos, sábios, que lhe fez. Uma vez, perante um desses comentários, defendi-me com o argumento de que era assim que tinha visto nos livros, ao que ele respondeu com acidez e sarcasmo: «Eles não sabem nada». Olhei-o com o respeito que sempre tive pelo seu saber e continuei a pesquisar e a reflectir. Ele tinha razão.

Infelizmente, o seu sólido conhecimento da língua portuguesa não se traduziu em obras na área da linguística. Mas, apesar de ter feito a sua opção pela literatura, o Professor Martins Garcia era genuinamente um linguista. A destreza, o rigor e a exactidão com que lidou com os termos linguísticos colocam-no facilmente no friso

¹ Este texto é uma adaptação da palestra que proferi na Semana Cultural da Casa dos Açores em Toronto, em Novembro de 2001.

dos entendidos nesta matéria. É por isso também que lhe devo este modesto contributo.

A língua portuguesa

A língua portuguesa é a nossa língua pátria, a nossa língua. É sobretudo através dela que nos identificamos como sendo o povo que somos – os portugueses. É nela que expressamos os nossos sentimentos, que rezamos e que contamos. É esta língua que nos distingue e que nos une; que faz a ponte entre os que partiram e os que ficaram; que nos congrega na fraternidade, nos diversos pontos da diáspora.

Mas a língua portuguesa não é só pertença desse povo que há oitocentos anos se constituiu como nação no pequeno rectângulo da Península Ibérica; a língua portuguesa pertence a todos aqueles que nela se revêem e com ela se identificam. Hoje fala-se muito da grande comunidade lusófona. Importa saber a que corresponde essa comunidade e quais são os contornos da lusofonia.

A expansão marítima e a emigração foram dois factores decisivos na difusão da língua portuguesa. Com os descobrimentos, a língua portuguesa foi introduzida nas quatro partidas do mundo, conjuntamente com outras indeléveis marcas culturais, principalmente nas então chamadas colónias portuguesas. Mais tarde, seria a emigração a solidificar e a expandir o império linguístico português. Mais de três milhões de pessoas emigraram entre 1855 e 1973 (segundo os dados de Medeiros, 1992). Hoje são muitos os milhões de emigrados desta pátria.

Da nossa presença no mundo são testemunho os mais de duzentos milhões de pessoas que, no presente, usam a língua portuguesa como meio de comunicação. Esta cifra posiciona o português num lugar cimeiro entre as línguas mais faladas no mundo.

O português, para além de ser a língua nacional de Portugal é também e, principalmente, a língua nacional do gigante da América do Sul – o Brasil, com mais de 150 milhões de falantes. Mas o vulgarmente chamado espaço lusófono abrange ainda os cinco países

africanos que estiveram sob a administração portuguesa e que adoptaram o português como língua oficial, os designados PALOPs, nomeadamente Cabo Verde,² Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, que integraram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a 17 de Julho de 1996. Para além destes países, tivemos ainda a honra da entrada de Timor-Leste nesta fraternidade, o primeiro estado a ser criado neste milénio, que começou a integrar a comunidade lusófona por vontade própria, com uma política linguística definida.

De registar também que, presentemente, o português é uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia, o que o projecta na Europa a par das grandes línguas de civilização como sejam o inglês ou o francês.

Mas espaço lusófono é também toda e qualquer comunidade linguística onde o português seja língua de comunicação.

A política da língua portuguesa

O caso de Timor é um exemplo claro da importância política das línguas. Os timorenses souberam marcar a sua identidade cultural com aquilo que há de mais óbvio, a diferença linguística. Eles convenceram o mundo de que eram diferentes. Não pela cor da sua pele, mas por aquilo que os distinguia e que lhes serviu de bandeira – a língua e a religião.

Este povo conseguiu, com uma *Ave Maria* rezada em português insistentemente divulgada pelos meios de comunicação, a solidariedade inequívoca do povo português que não baixou os braços enquanto os não viu salvos da opressão do povo invasor. Enquanto eles derramavam o seu sangue num combate desigual, os portugueses agitavam consciências e desfaziam-se em súplicas aos povos mais poderosos. As guerras, como se torna mais evidente em cada dia que

² Apesar de o crioulo de cabo-verdiano ter já uma forte expressão no domínio da escrita, o português continua a ser a língua de comunicação com o exterior.

passa, nem sempre se ganham com armas, por mais sofisticadas que elas sejam. A história tem registado que a arma linguística sempre foi uma arma muito poderosa, embora seja muitas vezes ignorada.

Portugal, ao que nos é dado saber, para além da política linguística pombalina no Brasil, que conseguiu impor o português num território tão extenso e com tantas línguas, nunca teve propriamente uma política de língua devidamente orquestrada. O longínquo sonho imperial, definhado com o passar do tempo, deixou ao abandono aqui e ali restos da língua portuguesa que foi persistindo por esse mundo fora pela vontade e persistência de alguns. A manutenção da língua portuguesa, sobretudo em muitas comunidades emigrantes, é mais um gesto de amor do que a manifestação de um interesse explícito. Como diz Eduardo Lourenço (1992: 12), a língua portuguesa «[...] foi, sobretudo, língua deixada pelo Mundo» e acrescenta:

Que ela seja hoje a fala de um país-continente como o Brasil ou língua oficial de futuras grandes nações como Angola e Moçambique, que em insólitas paragens onde comerciantes e missionários da grande época puseram os pés, de Goa a Malaca ou a Timor, a língua portuguesa tenha deixado ecos da sua existência, foi mais benevolência dos deuses e obra do tempo que resultado de concertada política cultural. (*Ibidem*: 13)

Hoje em dia, começa-se a tomar consciência da importância de uma política linguística para o português e têm-se vindo a desenvolver alguns esforços tanto a nível académico (MATEUS, 2002; 2002a; 2003) como a nível do estado português.³ Porém, ao que tudo indica, já perdemos muitas oportunidades e, como se isso não bastasse, não temos os meios necessários para conservar o nosso vasto património linguístico e cultural.

³Não quero deixar de ressaltar a importância que o Instituto Camões tem tido na salvaguarda do nosso património linguístico. Atrevo-me a dizer que o termo lusofonia só começou a fazer eco com o trabalho desenvolvido por este organismo.

Curiosamente, apesar disso ou talvez por isso,⁴ a língua portuguesa dá sinais de vida por toda a parte onde ficou. Veja-se o exemplo de Goa. Passados quarenta anos da saída da administração portuguesa e da integração daquele território na União Indiana, alguns escritores e jornalistas sentiram curiosidade em saber e em testemunhar aquilo que teria restado da presença portuguesa na língua e na sociedade goesas e registaram os seus depoimentos em livro (AGUALUSA, 2000; PORTAS, & GONÇALVES, 2001). Verificaram que, apesar de tantos anos de silêncio entre Portugal e Goa, só ligeiramente quebrado nos últimos anos pelo apoio do estado português relativamente à preservação do património cultural aí deixado, e apesar do concani ser (como sempre foi) a língua materna dos goeses, a língua portuguesa não morreu, a religião católica mantém-se, com missa em português aos Domingos e o modo de estar na vida daqueles cidadãos distingue-se do dos estados indianos vizinhos. As marcas portuguesas deixadas nos quatrocentos e cinquenta e um anos de permanência não se ficaram apenas pelos apelidos europeus. Há aspectos civilizacionais que permaneceram e outros que têm vindo a ser revitalizados, sobretudo nos últimos dez anos, tanto pelo desejo de marcar as necessárias diferenças sociais (refira-se, a propósito, o sistema de castas, tão profundamente enraizadas no povo indiano) como pela tomada de consciência de que lhes era favorável marcar uma identidade própria. Este estado de coisas corrobora as palavras de Eduardo Lourenço quando afirma: «A língua não é um instrumento neutro, um contingente meio de comunicação entre os homens, mas a expressão da sua diferença» (1992: 13).

A universalidade da língua portuguesa

Cada língua reflecte um modo de sentir e de perceber o mundo. Sendo o universo da língua portuguesa tão vasto e tão disperso

⁴ Compare-se o caso do português com o caso do francês, por exemplo, em termos de política linguística.

geograficamente, a língua tem que reflectir, necessariamente, esses diferentes modos de sentir e de perceber o universo dos seus falantes. A língua portuguesa embarcou nas caravelas e ligou-se a outros povos. Hoje é o resultado desse encontro civilizacional que perdurou por vários séculos e que ainda hoje está vivo.

Durante este tempo de contacto com outros povos, a língua portuguesa enriqueceu-se e ganhou especificidades consoante as comunidades linguísticas com as quais conviveu. A riqueza do português assenta na diversidade da pronúncia, na diversidade morfológica e na diversidade lexical; cada uma destas áreas foi absorvendo lentamente a tradução verbal das experiências de povos que um dia a história uniu. Foi o que aconteceu, nomeadamente, com o contacto do português com as línguas ameríndias e com as línguas africanas, na sequência da colonização.

O léxico português contém muitíssimos termos, sobretudo nas designações da fauna e da flora que provêm directamente dessas línguas. Um avultado número de palavras com acento na última vogal, como tatú, jacaré, maracujá, araquá, têm origem nas línguas ameríndias. Curiosamente, apesar da longuíssima convivência com essas palavras, o povo ainda lida mal com elas. É o caso da palavra araquá, por exemplo, que não nos sendo estranha – pelo menos nos Açores onde esta fruta abunda –, é mal interpretada gramaticalmente pelos falantes por fugir à regra geral de acentuação do português. Ouve-se dizer muitas vezes “araçal” / “araçáis”, por analogia com palavras com esta forma, em vez de araquá/araçás que, para além de ser a forma correcta, tem um plural mais simples.

De África também a língua incorporou e continua a incorporar novos termos, sobretudo com a florescente literatura, onde a criatividade morfológica fica bem em evidência. Termos como “desconseguir”, “imaginoso”, “perfumosa”, “bonitar”, que são usados por Mia Couto em *Cada homem é uma raça*, exibem uma morfologia particular que vai ao encontro do sentir e do falar de um povo que ele pretende registar nas suas páginas. De igual modo, João de Melo em *O meu mundo não é deste reino* usa uma terminologia muito

própria do falar micaelense. As palavras “excomungado”, “laparosa”, “malina”, “desconsolo” ou expressões como “pegar de cabeça” ou “que homem tão desarrematado” são disso um bom exemplo.

Contrariando os esforços dos puristas, a língua portuguesa moderniza-se e universaliza-se em cada dia que passa. Como qualquer língua viva, ela está constantemente em mudança. Ultimamente, temos vindo a assistir a um desbloqueamento de preconceitos de conservadorismo e a uma tomada de consciência da realidade linguística actual que permite aceitar as diferenças que constituem a realidade plural da língua portuguesa.

O português nas comunidades emigrantes

De um modo geral, o emigrante entra num rápido processo de aculturação e procura, em primeira instância, “arranhar” na língua da nova comunidade. Essa urgência advém, primeiramente, do facto de atribuir um valor utilitário indiscutível à língua estrangeira (a aprendizagem da língua do país de residência permite, por exemplo, aceder a uma melhor ocupação) e, em segundo lugar, de lhe atribuir um valor social superior (aprender a língua permite uma melhor integração na sociedade). Como diz Mayone Dias «o português acaba sofrendo o embate da língua do país, sempre mais poderosa» (1992: 23).

O português falado nas comunidades emigrantes revela muitas particularidades linguísticas da língua de contacto. O mesmo se pode dizer relativamente à interferência do português na língua do país de acolhimento. Os emigrantes vão adaptando o léxico, a morfologia e até a própria sintaxe e vão criando uma espécie de *pidgin* com que se entendem uns com os outros nas suas comunidades.

Constata-se que há um esforço mais ou menos conseguido que, devido à interferência da língua materna, resulta em adaptações de índole fonética, fonológica e morfológica, como se pode observar, por exemplo, nas comunidades portuguesas dos Estados Unidos da América e do Canadá.

Gramaticalmente, a língua portuguesa acentua a penúltima vogal da palavra, enquanto que a língua inglesa põe o acento tónico na antepenúltima. Assim, uma expressão como “wait a minute”, se acentuada segundo as regras fonológicas do português, dá como é possível ouvir, “weira minúte”. A mesma sorte tem a palavra “garbidge” que, embora tenha o acento no “a”, dita com a aplicação da regra de acentuação portuguesa soa “garbídge” com o acento no “i” (ALMEIDA, 1991).

Uma outra regra que não corresponde à gramática do português consiste em iniciar palavras com o grupo consonantal [st]. Neste contexto, a palatalização é obrigatória em português, ou seja, dizemos [ʃ]trada, [ʃ]cola mas não *scola* como em italiano, por exemplo. Assim, uma palavra como “store” surgirá pronunciada com um [ʃ] no início, isto é, “estoa”, ainda segundo os dados de Almeida (1991).

A adaptação morfológica da palavra “television”, pronunciada “talaveja”, também é bastante reveladora dos mecanismos que operam na transformação das palavras. A adaptação da palavra inglesa às regras do sistema português origina um vocábulo um pouco estranho tanto para os falantes anglófonos como para os lusófonos. Este resultado justifica-se, primeiro, porque não há /i/ breve em português e, segundo, porque os nossos substantivos terminam em -a e não em -an.

Mas a criatividade morfológica nas formas verbais é talvez a mais arrojada. Palavras inglesas, quase sempre aquelas que não têm um termo correspondente em português ou tendo não faria parte do léxico dos falantes, como “freez” ou “park” servem de radical para a construção de verbos. Faz-se, então, a conjugação de um verbo regular de tema em a - eu “friso”, tu “frisas”, nós “frisamos”. Já na forma do particípio passado, o verbo ganha um valor adjectival, obtendo as formas “frisado” ou “frisada”, consoante a flexão de género.

Também há ainda a registar uma fraseologia algo *sui generis* como seja a que resulta da combinação de uma palavra portuguesa e de outra inglesa. Exemplos disso são expressões como “come back

para trás” ou “tão nice”. E assim se vai criando uma espécie de dialecto do emigrante português nos Estados Unidos da América e no Canadá, com a circulação de termos construídos a partir da língua inglesa e com a sobreposição de regras da língua portuguesa.

Os neologismos e a criatividade lexical

Curiosamente, um fenómeno semelhante pode ser observado deste lado do Atlântico, no que concerne aos empréstimos e às adaptações de termos de outras línguas, pese embora o nosso pudor relativamente à pronúncia das palavras estrangeiras.⁵ Podemos aportuguesar as palavras juntando-lhes a morfologia correspondente mas procuramos manter a pronúncia original. Por exemplo, o verbo que corresponde ao acto de carregar no teclado do computador designa-se “clicar”. Uma vez que estamos na presença de um verbo regular, podemos decliná-lo com os morfemas de tempo e de pessoa correspondentes. Assim, no presente do indicativo, o verbo terá as formas, eu clico, tu clicas, etc. Podemos ainda, através dos mecanismos morfológicos da língua, formar o substantivo “clique”.

A adaptação morfológica que temos vindo a fazer de certas palavras faz-nos esquecer a sua origem e o seu estatuto de empréstimo de um termo estrangeiro. A sua aceitação poderá fazer com que, a breve trecho, estes termos se instalem definitivamente entre nós.

Vistas as coisas, há que reconhecer que não existe muita diferença entre a adaptação que um português faz quando confrontado com termos da língua inglesa, quer seja um emigrante ou um estudante universitário. Os mecanismos da língua são os mesmos, independentemente da escolaridade de cada um.

Já da interpretação social do uso de certos termos não se poderá dizer o mesmo. Vejam-se as múltiplas vozes que se têm

⁵ Note-se que continuamos a pronunciar a palavra «laser» com um ditongo [ej], tal como em inglês, mesmo quando na língua portuguesa a vogal /a/ nunca tenha esta interpretação fonética. Refira-se como curiosidade que a mesma palavra em espanhol é pronunciada [láser].

insurgido contra o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, uma edição que, por provir da Academia das Ciências e por ser o resultado de um esforço nacional, se previa abrangente e, sobretudo, normativo. Presumia-se que a Academia, a par da Real Academia Espanhola ou da Academia Francesa, tivesse um papel de autoridade na selecção dos termos que os falantes convencionam como sendo os da correcta utilização da língua. Tal não aconteceu. E, se termos como *bué* que lá se encontram registados estão em voga neste momento que a língua atravessa, a sua consagração só se fará com a devida circulação do termo e, naturalmente, com a sua aceitação pelos falantes. A contemporaneidade da língua que o dicionário reclama não deteve a reacção que se tem feito sentir à proposta de uma nova ortografia para os cerca de setecentos e cinquenta estrangeirismos, o que mostra que as mudanças linguísticas têm o seu tempo e o seu espaço.

A língua e a sociedade

Segundo Saussure, a língua é um facto social; é um meio de expressão entre indivíduos, em sociedades diversificadas social, cultural e geograficamente, o que equivale a dizer que a língua utilizada por cada um de nós – a nossa fala – nos distingue geográfica, social e culturalmente.

De entre as variações nas camadas sócio-culturais, há que distinguir o nível culto (a língua padrão) e o nível popular. Relativamente a estas diferenças, os falantes são pouco condescendentes; mesmo os diversos dialectos e sotaques são avaliados consoante o que valem socialmente. A língua padrão, por exemplo, representa em qualquer país, mais *status* e prestígio do que qualquer outra variante. No entanto, uma variedade regional pode constituir, num momento dado, um elo de aproximação entre pessoas que se reconhecem naquele modo de falar. Portanto, se é certo que a língua como um todo nos une, o mesmo não se pode prever em relação às variedades dialectais. Como afirma Mateus: «Os homens reconhecem-se naqueles que falam a mesma língua, e a língua permite-

-lhes reconhecerem-se na sua individualidade e no seu ser social» (2002: 22).

Mesmo assim, fora do país, a fraternidade do português não conhece fronteiras linguísticas ou culturais. Os portugueses da diáspora são portugueses, ponto final. E onde quer que um português esteja, está sempre pronto para ajudar o seu compatriota. A este propósito, Clara Ferreira Alves escreveu uma crónica no Jornal Expresso de 2 de Agosto de 97, da qual transcrevo a seguinte passagem:

A melhor definição de português que encontrei até hoje é a que diz que o português é aquele exemplar humano que quando sai de Vilar Formoso e entra em Fuentes de Onoro acena ao ver outro carro português, num sinal de reconhecimento e contentamento. Na Europa com fronteiras, a característica era válida. Continua a ser. Chegava-se ao cabo do mundo, na Lapónia, e quem encontrávamos logo à chegada? O português [...] Na cidadezinha da América profunda, com uma rua principal, uma loja de gelados e um barbeiro, quem encontramos a fazer a barba aos americanos? O português [...]. E é assim no Vietname, na Birmânia ou em Taiwan, no Rajistão ou no Bangladesh, em Pequim ou em Xangai [...]. Nunca conseguimos escapar ao português. Ele aparece sempre onde menos se espera. Oferece-nos casa e comida, mostra-nos a família, conta-nos a vida. Arranja bacalhau nem que seja no deserto. Uns são educados e importantes, outros são trabalhadores e remediados, mas todos, todos, são solidários e muito necessários.

De facto é sempre assim; comprovam-no as nossas experiências pessoais e notícias como aquela que a televisão portuguesa divulgou, há algum tempo atrás, respeitante a uma entrevista feita ao capitão de um navio de guerra americano, o USS ENTERPRISE, que regressava de uma missão de guerra no Afeganistão. O capitão, Almeida de seu nome, era, já se vê, de origem portuguesa. E, segundo ele, não era o único luso-americano a bordo, com ele havia mais um grupo de compatriotas. No fim do mundo, lá está o português solidário.

E os filhos destes portugueses, quem são?

Os filhos dos emigrantes portugueses, na sua grande maioria nascidos e criados no estrangeiro, de Portugal pouco mais sabem que aquilo que os pais lhes contam. Também pouco entendem do clubismo dos pais. Acompanham-nos com resignação na missa dominical e nas festas da paróquia, mas não vêem a hora daquilo acabar. De resto, pouco ou nada apreciam a música ou os clubes de futebol que fazem as delícias dos velhos. Para muitos, Portugal fica num ponto qualquer do mapa; não é um país de que se ouça falar nas notícias. Com uma honrosa excepção para os nossos heróis do futebol, pouco mais há a registar. Por que razão alguém teria um interesse genuíno em aprender a língua daquela gente?

Este desajuste cultural não só faz com que o jovem não sinta interesse pela língua portuguesa na infância como desencoraja a sua aprendizagem noutra altura das suas vidas. A aprendizagem de uma segunda língua implica a aceitação da sociedade que a fala. Não podemos pretender despertar nos jovens a vontade de aprender português, quando tudo o que lhe contamos sobre o nosso país é pouco respeitável, ou quando não mostramos uma consideração elevada para com o grupo social. E, pior ainda, quando em casa a comunicação é feita num dialecto que, por não ser nem português nem inglês, os jovens não só não respeitam como não se identificam com esse tipo de linguagem.

É certo que a necessidade de integração somada ao estatuto pouco elevado que, no passado, atribuíam à língua portuguesa e ao seu grupo social fez com que muitos emigrantes portugueses se empenhassem em que os filhos aprendessem a língua do país de acolhimento, apagando o estigma do emigrante. Talvez não soubessem que tal não era necessário, já que qualquer criança adquire facilmente a língua do país onde reside, independentemente do esforço despendido pelos pais; basta para tanto a exposição à língua. Se tivermos consciência do que isto significa, certamente que podemos prestar mais atenção às nossas atitudes que, por si só, põem em causa

o processo fácil e gratuito de adquirir uma segunda língua em casa, com a família, perdendo-se simultaneamente uma grande herança cultural.

O bilinguismo

Entre outras razões para aprender português, referirei apenas que um falante do português compreende, para além dos duzentos milhões que falam esta língua, os muitos milhões que falam castelhano. Como todos sabemos, não é nada difícil para um português compreender e até comunicar na língua de Cervantes. Se a esse número acrescentarmos os falantes da língua inglesa (partindo do princípio que o jovem tem o inglês como língua materna), contas feitas ganha-se a capacidade de comunicar com a maior fatia da humanidade.

Como já foi referido, a responsabilidade dos pais no processo de aprendizagem de uma segunda língua no meio familiar é inegável. Referimos também que a atitude da família para com o povo que fala a língua é fundamental. Está hoje em dia bem documentado o papel da família no interesse e na atitude dos jovens para com a aprendizagem de uma segunda língua. O Canadá, por exemplo, que é um país bilingue, tem desenvolvido estudos científicos que deixam claro que factores como a motivação e a atitude são determinantes neste processo. As atitudes interferem positiva ou negativamente na aprendizagem (LAMBERT *ET ALII*, 1968). Os dados científicos confirmam ainda que os jovens cuja performance na segunda língua atinge o nível do bilinguismo provêm de famílias que têm, intra-muros, uma atitude muito positiva para com o seu país e para com a sua sociedade.

A legítima aspiração dos pais e dos filhos a uma ascensão na classe social, a qual exige um perfeito domínio da língua do país de residência, não precisa de ser conseguida à custa da capitulação da língua portuguesa. As duas línguas podem conviver pacificamente, num clima de multiculturalismo, enriquecendo culturalmente aqueles que as dominam.

Muitas vezes, mais tarde, estes jovens de apelido português têm pena de não ter aprendido a língua dos pais e dos avós. Foi o que me confidenciou um jovem americano ao ouvir-me falar português com a pessoa que estava ao meu lado, depois de me ter dirigido a ele em inglês. A sua ascendência açoriana ficara-se pelo nome e pouco mais, as poucas palavras que aprendera com a sua avó não lhe permitiam entabular uma conversação em português. Agora, dava-se conta que perdera uma oportunidade única de ter aprendido uma segunda língua. Ficara-lhe esse vazio cultural imenso e uma pena de ter perdido a oportunidade de ser bilingue.

É claro que não podemos responsabilizar as famílias apenas pela aprendizagem do português como segunda língua, porque a língua não é apenas falada; ela é também escrita. E, para isso, vamos à escola. A escola não só tem um papel orientador neste processo como corrige ainda o coloquialismo do uso familiar. Os jovens que frequentam a escola exprimem-se, de um modo geral, num português impecável. Infelizmente, o ensino bilingue nem sempre está ao alcance de todos. Voltamos ao velho problema da política da língua, mas esta é uma outra questão que requer um outro debate.

A salvaguarda e difusão da língua portuguesa cabem a todos e a cada um de nós. Para isso, é preciso ter gosto em ser português. Este é o desafio da universalidade da língua portuguesa.

Quero concluir com uma passagem de João de Melo, publicado no Diário dos Açores em 3 de Novembro de 1983, que diz assim:

Tenho, pois, uma Língua pessoal, antes de ser colectiva; aprendida no tempo e na memória da minha vida – e amada como o único território interior que ainda me pode levar à atitude e à sagração da minha portugalidade. Por isso, não compreendo a teoria do império da Língua, nem aceito que a gramática seja o centro do Mundo. A Língua Portuguesa deve entrar no desafio da sua universalidade. Mas para vencer esse desígnio, não pode sentir-se ofendida com aquilo que nomeia por “estrangeirismo” e que rejeita como uma espécie de lepra do espírito. Libertemos a fonética e a semântica. Nenhuma unificação ortográfica se

A LÍNGUA PORTUGUESA NA DIÁSPORA

oporá à multiplicação do léxico. A única grandeza está nesta diversidade de ver e ouvir, na mesma Língua; uma doçura brasileira, um verbo africano mal conjugado, um ditongo mais ou menos afrancesado numa ilha dos Açores, uma corruptela inglesa, francesa ou outra na boca de um emigrante americano, canadiano ou europeu. E que viva a grande Comunidade da Língua Portuguesa!



REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo (2000) – *Um estranho em Goa*. Lisboa, Cotovia.
- ALMEIDA, Onésimo. (1991) – *Ab! m' onim dum corisco!...* Ponta Delgada, Eurosigno.
- ALVES, Clara (1997) – «A pluma caprichosa: O português suave», *Expresso/Revista*, 2 de Agosto.
- COUTO, Mía (1990) – *Cada homem é uma raça*. Lisboa, Caminho.
- FERRONHA, António Luís, org. (1992) – *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Comissão Nacional para os Descobrimentos e União Latina.
- FISHMAN, Joshua, org. (1968) – *Readings in the sociology of language*. The Hague, Mouton.
- LAMBERT, W, E. - «A study of the roles of attitudes and motivation in second-language learning», in FISHMAN, org. (1968: 474-91).
- LOURENÇO, Eduardo – «A Chama Plural», in FERRONHA, org. (1992: 12-13).
- MATEUS, Maria Helena (2002) – *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATEUS, Maria Helena, org. (2002a) – *Uma política de língua para o Português*. Actas do Colóquio organizado no Convento da Arrábida em Julho de 1998. Lisboa, Colibri.

- _____(2003) – «Objectivos e estratégias de uma política linguística»
in MENDES & FREITAS, orgs. (2003: 539-44).
- MAYONE DIAS**, Eduardo (1992) – *Crónicas da diáspora*. Lisboa,
Salamandra
- MEDEIROS**, Carlos Alberto (1992) – «Difusão geográfica da língua
portuguesa», in FERRONHA, org. (1992: 19-23).
- MELO**, João de (1983) – *Diário dos Açores*, 3 de Novembro.
- _____(1987) – *O meu mundo não é deste reino*. Lisboa, Dom Quixote
- MENDES**, Amália & **FREITAS**, Tiago, orgs. (2003) – *Actas do XVIII
encontro da associação portuguesa de linguística*. Lisboa, Colibri.
- PORTAS**, Catarina & Inês Gonçalves (2001) – *Goa, história de um encontro*.
Coimbra, Almedina.